Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases ("Companhia") constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza - Cataguases - MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações ("Domínio" ou "Controlada"), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a Administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2017.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa 3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.1 (c).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Declaração de conformidade

(i) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(ii) Demonstrações contábeis individuais da Controladora

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas, principalmente: (a) na constituição de provisões para riscos (considerações na nota 21); (b) na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes (considerações na nota 7-b); na constituição de provisão para perda de estoques (considerações na nota 8-a); na constituição de provisão para prêmio aposentadoria (considerações na nota 20-a).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Apresentação de informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação		
	2016	2015	
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%	

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.

(e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	Anos
Edificações	20
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

(i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(k) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2016.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A Companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

(q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em acões, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

(t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 - Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados em vigor em 31 de dezembro de 2016 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016. As alterações não tiveram impactos materiais para as Demonstrações Contábeis da Companhia.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos no 08/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2012-2014

- (i) CPC 33/IAS 19 Benefício a Empregados o propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário; Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 10 de janeiro de 2016 não são relevantes para a Companhia.
- (ii) Melhorias Anuais ciclo 2010-2012 conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8 e IAS 24;
- (iii) CPC 27/IAS 16 Ativo Imobilizado e CPC 04/IAS 38 Ativo Intangível Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclarece também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.
- (iv) Melhorias Anuais ciclo 2011-2013 conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil" com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Caixa e Bancos	17.211	19.213	17.259	19.241 10.811
Aplicações Financeiras	11.932	5.804	12.205	10.611
	29.143	25.017	29.464	30.052

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e Fundos de Renda Fixa com remuneração média de 102,62% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016. Essas aplicações estão concentradas em bancos de 1ª. linha, classificada pelas principais agências de rating.

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora e C	Controladora e Consolidado		
	2016	2015		
Títulos e valores mobiliários	2.161	7.261		
Circulante Não Circulante	1.467 694	4.269 2.992		

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se substancialmente a Título de Capitalização e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxa média de 96,13% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Existem aplicações financeiras dadas em garantia à dois empréstimos (substancialmente Cédula de Crédito de Exportação) no montante de R\$ 1.863 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.232 em 31 de dezembro de 2015).

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercado interno Mercado externo	39.660 6.979	41.978 7.638	39.665 6.979	42.595 7.638
	46.639	49.616	46.644	50.233
Ajuste a valor presente (a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	(1.155) (6.033)	(1.227) (5.711)	(1.155) (6.033)	(1.227) (5.711)
Total do contas a receber	39.451	42.678	39.456	43.295

Os valores a receber por vencimento estão detalhados abaixo:

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Duplicatas a vencer	37.849	42.201	37.855	42.818
Duplicatas vencidas De 1 a 30 dias De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias Acima de 90 dias	1.958 576 223 6.033	859 588 211 5.757	1.958 576 223 6.032	859 588 211 5.757
	46.639	49.616	46.644	50.233

⁽a) O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 90 dias. Foi utilizada a taxa média de desconto para o mercado interno de 2% ao mês, para vendas com prazo menor ou igual a 60 dias, e 2,2% ao mês para vendas com prazo maior que 60 dias. Para o mercado externo foi utilizada a taxa de 0,62% ao mês. Essas taxas correspondem às taxas efetivas repassadas nas operações a prazo.

⁽b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora e Consolidado			
	2015	Adições	Baixas	2016	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.711	1.475	(1.153)	6.033	
	5.711	1.475	(1.153)	6.033	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos há mais de 90 dias.

8 Estoques

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados Produtos em processamento Matérias primas Almoxarifado	33.328 19.148 13.123 6.035	22.132 17.617 20.608 4.040	33.506 19.148 13.123 6.035	22.309 17.617 20.608 4.040
Provisão para perdas de estoque (a)	71.634 (5.074)	64.397 (3.296)	71.812 (5.074)	(3.296)
Total dos estoques	66.560	61.101	66.738	61.278

(a) Movimentação da provisão para perda de estoque:

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objetos de constituição de provisão.

		Controladora e Consolidado			
	2015	Adições	Baixas	2016	
Provisão para perda de estoque	3.296	3.684	(1.906)	5.074	
	3.296	3.684	(1.906)	5.074	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante reconhecido como despesa foi de R\$ 1.778 (R\$ 1.168 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado		
	2016	2015	
IR/CS corrente	1.702	858	
IR/CS parcelamento Paex	2.213	2.400	
IR/CS diferença de depreciação fiscal e contábil (2010 a 2013)		2.044	
ICMS	5.134	3.675	
PIS	345	420	
COFINS	1.590	1.952	
INSS	36	42	
Outros impostos	139	88	
Total impostos a recuperar	11.159	11.479	
Circulante	4.455	5.054	
Não circulante	6.704	6.425	

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adiantamento a despachantes aduaneiros	161	20	161	20
Despesas antecipadas	310	288	310	288
Adiantamento à funcionários (i)	1.171	1.365	1.171	1.365
Cessão de crédito de energia (ii)		530		530
Outros	85	138	158	190
	1.727	2.341	1.800	2.393

⁽i) Refere-se basicamente a adiantamento de férias R\$ 943 em 31 de dezembro de 2016. (R\$ 1.131 em 31 de dezembro de 2015).

11 Investimentos (Controladora)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Avaliados ao custo Avaliados pela equivalência patrimonial	101 7.898	93 9.196	266	227
	7.999	9.289	266	227

(a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

⁽ii) Refere-se a contas a receber decorrente de cessão de excedente de energia elétrica.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Quotas possuídas-Domínio Imobiliária	7.958.846	7.958.846
Patrimônio Líquido	7.899	9.197
Lucro líquido do exercício	332	697
% de participação	99,98	99,98
Domínio Imobiliária	2016	2015
Ativo	9.299	10.706
Passivo	1.400	1.509
Patrimônio líquido	7.899	9.197
Receita líquida	28	4
Lucro do período	332	697

(b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial -Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu no exercício de 2011 participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

		_	2016
	Quotas possuídas - Caporena Patrimônio líquido Prejuízo no período % de participação		5.100 (2.639) (303) 51
(c)	Movimentação dos investimentos	2016	2015
	Saldo inicial Resultado de equivalência patrimonial Dividendos pagos Integralização de capital por distribuição de Sobras	9.289 332 (1.630) 8	11.652 697 (3.061)
	Saldo final:	7.999	9.289

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Propriedade para investimentos

	Controlador		
	2016	2015	
Imóveis (b)	826	600	
	826	600	
		Consolidado	
	2016	2015	
Terrenos (a) Imóveis (b)	3.000 826	3.000 600	
	3.826	3.600	

- (a) Refere-se a um terreno da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda, localizado no bairro Menezes, que possui valor justo de R\$ 3.000.
- (b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 39 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2015). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 826 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que os valores apresentados, ou seja, o valor contábil está próximo do valor justo e não há necessidade de atribuir novo valor de custo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

					C	ontroladora
			2016			2015
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134		5.134	5.134		5.134
Edificações	40.253	(15.651)	24.602	38.030	(13.755)	24.275
Máquinas e equipamentos	173.327	(119.284)	54.043	170.670	(115.641)	55.029
Instalações	22.405	(8.912)	13.493	21.419	(8.244)	13.175
Móveis e utensílios	9.967	(7.740)	2.227	9.578	(7.223)	2.355
Veículos	3.701	(3.353)	348	3.774	(3.276)	498
Reflorestamento	23	(2)	21	23	(1)	22
Imobilizado em formação	2.814		2.814	4.129		4.129
	257.624	(154.942)	102.682	252.757	(148.140)	104.617

						Consolidado
			2016			2015
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134		5.134	5.134		5.134
Edificações	40.778	(15.660)	25.118	38.378	(13.755)	24.623
Máquinas e equipamentos	173.327	(119.284)	54.043	170.670	(115.641)	55.029
Instalações	22.405	(8.912)	13.493	21.419	(8.244)	13.175
Móveis e utensílios	9.967	(7.740)	2.227	9.578	(7.223)	2.355
Veículos	3.701	(3.353)	348	3.774	(3.276)	498
Reflorestamento	23	(2)	21	23	(1)	22
Imobilizado em formação	2.814		2.814	4.283		4.283
	258.149	(154.951)	103.198	253.259	(148.140)	105.119

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

						Controladora
	2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2016
Terrenos Edificações	5.134		(1.896)		2.223	5.134 24.602
Máquinas e equipamentos	24.275 55.029	421	(3.652)	(144)	2.223 2.389	54.043
Instalações	13.175	·	(668)		986	13.493
Móveis e utensílios	2.355	325	(631)		178	2.227
Veículos	498	115	(214)	(86)	35	348
Reflorestamento	22		(1)			21
Imobilizado em formação	4.129	4.496			(5.811)	2.814
	104.617	5.357	(7.062)	(230)		102.682

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2016
Terrenos Edificações Máquinas e equipamentos Instalações Móveis e utensílios Veículos Reflorestamento Imobilizado em formação	5.134 24.623 55.029 13.175 2.355 498 22 4.283	421 325 115 4.518	(1.904) (3.652) (668) (631) (214) (1)	(144) (86)	2.399 2.389 986 178 35 (5.987)	5.134 25.118 54.043 13.493 2.227 348 21 2.814
	105.119	5.379	(7.070)	(230)	(0.7.77	103.198

						Controladora
	2014	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2015
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	22.651		(1.803)		3.427	24.275
Máquinas e equipamentos	54.328	115	(3.682)	(96)	4.364	55.029
Instalações	12.036	5	(612)		1.746	13.175
Móveis e utensílios	2.559	371	(647)	(19)	91	2.355
Veículos	912		(494)		80	498
Reflorestamento			(1)		23	22
Imobilizado em formação	10.016	3.847		(3)	(9.731)	4.129
	107.636	4.338	(7.239)	(118)		104.617

						Consolidado
	2014	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2015
Terrenos Edificações Máquinas e equipamentos Instalações Móveis e utensílios Veículos Reflorestamento Imobilizado em formação	5.134 22.651 54.328 12.036 2.559 912	348 115 5 371	(1.803) (3.682) (612) (647) (494) (1)	(96) (19)	3.427 4.364 1.746 91 80 23 (9.731)	5.134 24.623 55.029 13.175 2.355 498 22 4.283
	107.636	4.840	(7.239)	(118)		105.119

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, através de seu corpo técnico, efetuou análise para identificar a eventual existência de indicadores de *impairment* e efetuou a revisão da vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. Não há indicação sobre existência de *impairment*, bem como não foi identificada a necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui R\$ 1.333 de terrenos e R\$ 5.086 de imóveis dados em garantia a empréstimos (Nota Explicativa 17).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

					Controladora e	Consolidado
			2016			2015
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software Intangível em formação	9.478 117	(8.378)	1.100 117	9.088 308	(7.765)	1.323 308
	9.595	(8.378)	1.217	9.396	(7.765)	1.631

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

					Con	troladora e Co	nsolidado_
	Taxa de amortização (%)	2015	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	2016
Software Intangível em formação	20	1.323 308	104 105	(614)	(9)	287 (287)	1.100 117
		1.631	209	(614)	(9)		1.217
					Co	ntroladora e Co	onsolidado
	Taxa de amortização (%)	2014	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	2015
Software Intangível em formação	20	1.389 405	123 367	(577)	(2) (74)	390 (390)	1.323 308
	_	1.794	490	(577)	(76)		1.631

O intangível da Companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.

15 Fornecedores

	Controladora			Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Contas a pagar aos fornecedores	10.576	4.848	10.577	4.869
Ajuste a valor presente	(147)	(55)	(147)	(55)
	10.429	4.793	10.430	4.814

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 24 dias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo a pagar referente a fornecedores do mercado externo é insignificante para o balanço da Companhia. O ajuste a valor presente é calculado utilizando o vencimento efetivo dos títulos, sendo descontado à taxa de 1,34% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

	Co	ntroladora	Co	<u>onsolidado</u>
	2016	2015	2016	2015
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para contingências	460	445	460	445
Provisão para perdas ativos	3.310	2.711	3.310	2.711
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	1.180	1.404	1.180	1.404
Outras	1.935	1.852	1.935	1.852
	6.885	6.412	6.885	6.412
Passivos fiscais diferidos				
Avaliação valor justo	5.086	5.498	5.086	5.498
Custo atribuído	5.505	5.787	5.507	5.797
Diferença de depreciação fiscal – contábil (i)	9.007	8.415	9.007	8.415
	19.598	19.700	19.600	19.710
Líquido	12.713	13.288	12.715	13.298

(i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre os encargos de depreciação calculados com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados no resultado contábil.

Administração em conformidade com a Instrução CVM 371/2002, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os tributos diferidos registrados serão integralmente realizados em até três exercícios. A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2016 2017 2018	3.832 2.331	2.253 2.643 976	3.832 2.331	2.253 2.643 976
2019	6.885	6.412	6.88 <u>5</u>	540 6.412

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

•	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.794	(7.845)	2.171	(7.246)
Imposto de renda e contribuição social apurados com base nas alíquotas nominais – 34% Equivalência Patrimonial	(610) 113	2.667 237	(738)	2.464
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto Outras doações	(157) (50)	(141)	(157) (50)	(141)
Juros sobre capital próprio Outros	302 442	(120)	302 460	(140)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício – corrente e diferido	40	2.643	(183)	2.183
Alíquota Efetiva	2,23%	33,69%	8,39%	30,13%

17 Empréstimos e financiamentos

				Controladora e (Consolidado _
	Moeda	Taxa de juros (ao ano)	Vencimento	2016	2015
FINIMP FINIMP	EUR USD	Euribor (Sem) com juros de 3,2% Juros de 4,72% + Comissão de 1,72%	2016 2017	773	358 1.472
Pré pagamento NCE	USD USD	Libor (Sem) com juros de 4,8% 4,6% a 5,23%	2016 2019	18.970	6.311 31.747
ACC CCE/NCE	USD R\$	4,45% a 7,65% CDI + juros de 2% a 5,75%	2017 2019	10.492 22.613	33.314
FGPP BNDES REVITALIZA	R\$ R\$	11,25% 7% (bônus de adimplência de 20% s/ juros)	201 7 2016	7.404	1.949 250
BNDES FINAME	R\$	2,5% a 6%	2021	2.793	3.420
Total empréstimos				63.045	78.821
Circulante Não circulante				44.818 18.227	37.337 41.484

A Companhia possui três contratos de empréstimo com cláusula restritiva. Para os três contratos as condições estão estabelecidas em:

- 1) A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 3;
- 2) O Índice de Liquidez Corrente deverá ser maior ou igual a 1,2.

A administração da Companhia entende que as cláusulas foram cumpridas em 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	a e Consolidado
	2016	2015
2017		25.241
2018	12.050	10.982
2019	5.210	4.295
2020	488	488
2021	479_	478
	18.227	41.484

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos, apresentados abaixo ao seu valor de mercado, conforme laudos preparados pelas próprias instituições financeiras:

	Controladora e Consolidado		
	2016	2015	
Hipoteca de Imóveis	40.267	29.069	
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	19.069	24.351	
Estoques	12.449	10.916	
Imobilizado	3.929	3.929	
Aplicação Financeira	1.863	2.232	
	77.577	70.497	

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

					Co	ontroladora e Co	nsolidado
	2015	Adições	Pagamento de Principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	Variação cambial	2016
FINIMP	358		(352)	3	(9)		
FINIMP	1.472	750	(1.332)	50	(42)	(125)	773
Pré pagamento	6.311		(6.221)	44	(164)	30	
NCE	31.747		(7.755)	1.229	(1.209)	(5.042)	18.970
ACC		11.437		475		(1.420)	10.492
CCE/NCE	33.314	7.500	(17.254)	4.569	(5.516)		22.613
FGPP	1.949	9.827	(4.416)	280	(236)		7.404
BNDES REVITALIZA	250		(250)	2	(2)		
BNDES FINAME	3.420		(624)	119	(122)		2.793
Total empréstimos	78.821	29.514	(38.204)	6.771	(7.300)	(6.557)	63.045

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

			Con	troladora	Cor	nsolidado
		Moeda	2016	2015	2016	2015
Ativo Circulante						
Partes relacionadas: B&C Comércio de Tecidos Assessórios e Art. Confec. Ltda	(a)	Real	96		96	
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf. Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a) (a)	Real Real	1 336	94 184	1 336	94 184
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real		453	330	453
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(a)	Real	172	172		
			605	903	433	731
Não circulante						
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(c) (e)	Real Real	2.161	262	2.161	
			2.161	262	2.161	
			2.101	202	2.101	
Passivo Circulante						
Partes relacionadas: Beca Representações Comerciais	(a)	Real	24	28	24	28
Catriz Agroindustrial Ltda	(a)	Real	32	34	32	34
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda Energisa S/A	(g) (b)	Real Real	1.025 1.715	981	1.715	981
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A. Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(b) (a)	Real Real	, -	412	, -	412
Zooni Consultoria & Negocios Ltda	(a)	Keai	15	27	15	27
			2.811	1.482	1.786	1.482
Não Circulante	(-)	n l	- (((
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(g)	Real	2.666			
			2.666			

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		_		Controladora		Consolidado
		Moeda	2016	2015	2016	2015
Resultado operacional		·				
Partes relacionadas:						
Aurora Têxtil Ltda	(f)	Real	(2)		(2)	
B&C Com. Tecidos Assess. e Art. Confec. Ltda	(a)	Real	321			
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	(318)	(278)	(318)	(278)
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	506	597	506	597
Brim Jeans Com. Import. Têxteis Ltda	(a)	Real		1		1
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a)	Real	1.040	773	1.040	773
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real	818	1.778	818	1.778
Catriz Agroindustrial Ltda	(a)	Real	(309)	(334)	(309)	(334)
Energisa S/A	(b)	Real	(24.120)	(12.692)	(24.120)	(12.692)
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.	(b)	Real		(3.668)		(3.668)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(e)	Real	268		268	
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(d)	Real	(83)	(23)	(83)	(23)
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	(218)	(222)	(218)	(222)
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(g)	Real	(263)			

- (a) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, e contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista, 3,5% para confeccionista, 2% para clientes "decisão", considerados lojistas, detentores de marcas e grifes que realizam negócios com a Companhia, e se utilizam de serviços de terceiros para facção de seus produtos, 1,5% para clientes "compra", considerados aqueles que prestam serviço de facção aos clientes decisão e contra os quais são faturadas as mercadorias definidas por estes últimos nas vendas conjugadas e 6% para a 1ª e 2ª venda a novos clientes.
- (b) Refere-se à compra de energia elétrica, suportado por contrato.
- (c) Refere-se a mútuo a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês.
- (d) Refere-se a valores referentes a acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária.
- (e) Refere-se a depósito caução efetuado como garantia ao contrato de compra de energia elétrica, aplicado pela Energisa com rendimentos sendo incorporados ao saldo.
- (f) Refere-se a compra materiais de transmissão e acessórios.
- (g) Refere-se a mútuo tomado perante a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Obrigações tributárias

	Controladora		Co	Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
IRPJ/CSLL			50	22	
Contrib. Previd. s/ receita	238	235	238	235	
ICMS	117	44	117	44	
PIS	27	48	27	48	
COFINS	197	221	197	221	
CIDE s/ remessas externas	3	261	3	261	
Outros tributos a recolher	41	30	40	33	
Parcelamentos					
IRPJ/CSLL	502	490	502	490	
PIS	19	19	19	19	
INSS (i)	2.745	2.675	2.745	2.675	
Outros	234	226	234	226	
	4.123	4.249	4.172	4.274	
Circulante	906	1.093	955	1.118	
Não circulante	3.217	3.156	3.217	3.156	

(i) Parcelamento com base na Lei 12.865/13 e Lei 12.996/14, referente Auto de Infração INSS que discutia sobre a irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício e glosa de compensação de dezembro/2002 a fevereiro/2003 de contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos segurados prestadores de serviço.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado		
	2016	2015	
2017		258 258 258 258 258	
2018	286	258	
2019	286	258	
2020	286	258	
2021	286	258	
2022 e demais anos	2.073	1.866	
	3.217	3.156	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Provisões diversas

	Controladora e Consolidado		
	2016	2015	
Provisões com pessoal Provisão prêmio aposentadoria Comissões a agentes mercado externo Comissões a representantes mercado interno	3.424 3.357 603 440	3.258 2.632 647 517	
	7.824	7.054	
Circulante Não Circulante	4.467 3.357	4.431 2.623	

(a) Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial referente à mensuração do compromisso atribuído à Companhia Industrial Cataguases, está relacionado a provisão para prêmio aposentadoria, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM 695/2012, que trata da contabilização de Benefícios a Empregados.

O valor atual de obrigações de prêmio aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o prêmio aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do prêmio aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia firmou Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece na cláusula 10^a o pagamento de um abono de Aposentadoria nas seguintes condições:

Será concedido, exclusivamente ao empregado que vier a se desligar das empresas, por motivo de aposentadoria, seja especial, seja por tempo de serviço, um prêmio equivalente ao valor de seu salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados.

O prêmio definido será equivalente a 10 (dez) salários nominais quando o empregado contar com o tempo ininterrupto de serviço prestado às mesmas empresas equivalente a: 25 (vinte e cinco) anos, em caso de aposentadoria especial; 30 (trinta) anos, em caso de empregada, com aposentadoria por tempo de serviço e 35 (trinta e cinco) anos, em caso de empregado com aposentadoria por tempo de serviço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação dos saldos do plano de benefício definido:

Conciliação da obrigação de benefício definido	2016	2015
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	2.632	2.932
Custo do serviço corrente (parte patronal)	95	113
Custo dos juros	314	260
Beneficios pagos	(657)	(302)
(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	973	(371)
Mudanças de premissas financeiras	109	(345)
Ajustes de experiência	864	(26)
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	3·35 7	2.632
	Projeção	Projeção
Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	31/dez/16	31/dez/15
Contribuições do empregador	648	302
Beneficios pagos	(648)	(302)
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos		
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	2016	2015
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente (parte patronal)	95	113
Custo líquido dos juros	314	260
Custo do benefício pós-emprego no período	410	373
Custo total reconhecido em ORA no início do ano	2.916	3.287
Perdas (ganhos) atuariais	973	(371)
Custo total reconhecido em ORA	3.889	2.916
(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos		
Montantes reconhecidos no balanço	2016	2015
Valor presente das obrigações não fundeadas	(3.357)	(2.632)
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(3.357)	(2.632)
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(3.357)	(2.632)
Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	2016	2015
Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(2.632)	(2.932)
Custo líquido no período	(409)	(373)
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital	(973)	371
Contribuições do empregador para o plano	657	302
Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(3.357)	(2.632)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas adotadas (final do ano)	2016	2015
Taxa de desconto (nominal)	11,50%	12,85%
Retorno esperado dos ativos do plano	12,85%	12,85%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	5,53%	5,53%
Inflação Projetada	5,00%	5,00%
Idade média prevista na aposentadoria	48 F / 53 M	48 F / 53 M
Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	2016	2015
Data efetiva	31/12/2016	30/11/2015
Participantes ativos (passivo principal)	1.406	1.335
Número total de participantes	1.406	1.335
Período de amortização	2016	2015
Média esperada de vida de trabalho restante	15,9	15,4
Período médio até que os benefícios sejam adquiridos	15,9	15,4
Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	3,11	4,72
Informação Adicional	2016	2015
GANHO / (PERDA) ATUARIAL TOTAL	(973)	361
Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas financeiras	(109)	345
Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(864)	26
Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	2016	2015
Rotatividade anual projetada dos empregados	12,78%	12,78%
Tábua de Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas- 50%	Álvaro Vindas-50%
Projeção do fluxo de caixa	2016	2015
Pagamentos de benefícios esperados	384	1.369
Contribuições esperadas do empregador	384	1.369
Valores Acumulados dos Ganhos ou Perdas atuariais	2016	2015
(Ganho) / perda atuarial das obrigações	973	(371)
(Ganho) / perda atuarial no final do ano	973	(371)
Ganho / (perda) atuarial líquida a ser reconhecida	973	(371)
(*) 10% do maior valor entre o Patrimônio e a Obrigação	,,,	
Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	2016	2015
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	2.632	2.932
Custo do serviço corrente (parte patronal)	95	113
Custo dos juros	314	260
Contribuições de participantes do plano		
Beneficos pagos	(657)	(302)
(Ganho) / perda atuarial	973	(371)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	109	(345)
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	864	(26)
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	3.357	2.632

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Provisões para riscos e depósitos judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes provisões para riscos e depósitos judiciais:

			Controladora	e Consolidado
		2016		2015
	Provisão para riscos	Depósitos judiciais	Provisão para riscos	Depósitos judiciais
Tributárias Trabalhistas Cíveis Outras	268 1.353 9.364 3.072	(406) (1.694) (20) (250)	286 1.292 7.612 2.255	(406) (1.736) (20) (250)
	14.057	(2.370)	11.445	(2.412)

A apresentação dos saldos líquidos de provisões para riscos e depósitos judiciais de 2016 é apresentada abaixo:

			Controlad	ora e Consolidado
				2016
	Provisão para riscos líquidas dep. judiciais	Outras provisões para riscos	Total de Provisão para riscos líquidas de depósitos judiciais	Total de Outros depósitos judiciais
Tributarias Trabalhistas Cíveis Outras	268 196 9:344	389 2.957	268 585 9.344 2.957	(406) (926) (135)
	9.808	3.346	13.154	(1.467)

A movimentação das provisões para riscos e dos depósitos judiciais é como segue:

				Controladora	e Consolidado
	2015	Adição	Baixa	Atualização	2016
Provisão Depósitos	11.445 (2.412)	1.890 (1.129)	(1.847) 1.179	2.569 (8)	14.057 (2.370)
	9.033	761	(668)	2.561	11.687

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 1.585 (R\$1.650 em 31 de dezembro de 2015), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

(a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

(b) Cível

Refere-se basicamente a discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica. Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado da lide considerado como perda provável é de R\$9.361 e de R\$ 7.612 em 31 de dezembro de 2015.

(c) Outras

Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 3.072, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 - 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da Controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

(c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

(d) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos deliberados para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016:

Dividendos mínimos obrigatórios calculado sobre lucro líquido ajustado	2016
Resultado líquido do exercício Realização do ajuste de avaliação patrimonial	1.834 1.346
Reserva legal	(158)
Lucro base para dividendos/juros sobre capital próprio (a)	3.022
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% do lucro líquido ajustado Juros sobre o capital próprio líquido imputado aos dividendos mínimos obrigatórios pagos (b) Percentual da distribuição do lucro (b/a)	755 755 25%

Os juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, foram calculados de acordo com a Lei 9.249/95, sendo o montante de R\$ 888, com posição acionária ao final do dia 31 de dezembro de 2016, com retenção de imposto de renda na fonte, calculado com base na alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$ 755, conforme tabela abaixo:

Valor por ação (R\$)	Acionistas imunes ou isentos (valor bruto)	IRRF (15%)	Acionistas tributados (valor líquido)
Ações ordinárias	5,2300	0,7845	4,4455
Ações Preferenciais	121,0459	18,1569	102,8890

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Vendas de produtos no Mercado Interno Vendas de produtos no Mercado Externo Impostos sobre vendas Subvenções governamentais - ICMS (i) Devoluções e abatimentos Ajuste a valor presente clientes	224.354 35.226 (48.960) 8.331 (13.256) (11.601)	185.152 40.962 (37.141) 7.115 (9.789) (8.894)	224.383 35.226 (48.961) 8.331 (13.256) (11.601)	185.156 40.962 (37.141) 7.115 (9.789) (8.894)
Total receita líquida	194.094	177.405	194.122	177.409

(i) A subvenção para custeio, por se tratar de auxílio financeiro comumentemente recebido de forma periódica pela Companhia, decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), e reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

24 Custos e despesas operacionais

		Controladora	-	Consolidado
Por natureza:	2016	2015	2016	2015
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos Comissões sobre venda Fretes de vendas Depreciações e amortizações Custo da revenda de algodão Outros	(48.224) (117.985) (4.304) (4.197) (7.676)	(49.695) (96.995) (5.282) (3.685) (7.816) (4.302) (12.268)	(48.224) (117.985) (4.304) (4.197) (7.684)	(49.695) (96.995) (5.282) (3.685) (7.816) (4.302) (12.331)
Total das despesas por natureza	(193.076)	(180.043)	(193.127)	(180.106)
		Controladora		Consolidado
Por função:	2016	2015	2016	2015
Operações continuadas Custo dos produtos vendidos Despesas com vendas Despesas administrativas Total das despesas por função	(156.847) (24.836) (11.393) (193.076)	(143.147) (25.202) (11.694) (180.043)	(156.847) (24.836) (11.444) (193.127)	(143.147) (25.202) (11.757) (180.106)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Outras receitas (despesas)

	Cor	ntroladora	C	onsolidado
	2016	2015	2016	2015
Outras receitas				
Crédito de Pis e Cofins s/material de uso ou consumo	159	578	159	578
Cessão de crédito de energia		1.751		1.751
Crédito extemporâneo de ICMS	1.900	1.164	1.900	1.164
Aluguel	462	309	462	309
Ressarcimento ref. a recursos trabalhistas	128	103	128	103
Reversão provisão prêmio aposentadoria		79		79
Reembolso previdência privada s/rescisão		31		31
Outras receitas	228	96	234	96
	2.877	4.111	2.883	4.111
Outras despesas		<u> </u>		
Provisão de risco em ações trabalhistas	(1.658)	(1.064)	(1.658)	(1.064)
Provisão participação empregados nos lucros		(394)		(394)
Provisão participação administradores nos lucros		(27)		(27)
Pis e Cofins s/ outras receitas	(529)	(662)	(529)	(662)
Pis/Cofins/CIDE s/ remessas externas	(149)	(294)	(149)	(294)
Provisão para prêmio aposentadoria	(410)	(452)	(410)	(452)
Contribuição Fundo Algominas	(125)	(101)	(125)	(101)
Provisão para perda de estoque	(1.779)	(1.168)	(1.779)	(1.168)
ICMS s/ outras saídas	(90)	(126)	(90)	(126)
Cessão de crédito de energia	(2.048)		(2.048)	
Outras despesas	(730)	(329)	(747)	(458)
	(7.518)	(4.617)	(7.535)	(4.746)
Total Outras receitas (despesas)	(4.641)	(506)	(4.652)	(635)

26 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
Receitas financeiras	2016	2015	2016	2015
Juros com aplicações financeiras Ganhos com variações cambiais	1.545 16.186	2.753 15.289	1.618 16.186	3.592 15.289
Reversão do ajuste a valor presente clientes Outras receitas financeiras	11.673 1.818	8.617 1.717	11.673 2.229	8.617 2.363
	31.222	28.376	31.706	29.861
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos Perdas com variações cambiais	(6.771) (13.375)	(6.995) (24.135)	(6.772) (13.375)	(6.995) (24.135)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores Atualização de processos judiciais	(1.701) (2.569)	(1.225) (664)	(1.701) (2.569)	(1.225) (664)
Outras despesas financeiras	(1.721)	(755)	(1.461)	(756)
Resultado financeiro liquido	(26.137)	(33.774)	(25.878)	(33.775)
***************************************	5.085	(5.398)	5.828	(3.914)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos **2**7

Instrumentos financeiros classificados por categoria.

					Con	roladora
			Instrum	entos financeir	os classificados por	categoria
			2016			2015
Ativo	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa Títulos e valores mobiliários Contas a receber e outros recebíveis Depósitos judiciais	29.143 2.161	39.451 2.370	29.143 2.161 39.451 2.370	25.017 7.261	42.678 2.412	25.017 7.261 42.678 2.412
	31.304	41.821	73.125	32.278	45.090	77.368
Passivo	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos Fornecedores		63.045 10.429	63.045 10.429		78.821 4.802	78.821 4.802
		73.474	73.474		83.623	83.623
		73.474		rumentos financ	83.623	Consolidad
		73.474		rumentos financ		Consolidad
Ativo	Valor justo através do resultado	73.474 Empréstimos e recebíveis	Instr	vumentos financ Valor justo através do resultado		Consolidad por categori 201
Caixa e equivalente caixa L'ítulos e valores mobiliários Contas a receber e outros recebíveis	através do	Empréstimos e	Instr 2016	Valor justo através do	ceiros classificados Empréstimos e	Consolidad por categori 201 Tota 30.05 7.26 43.29
Caixa e equivalente caixa Títulos e valores mobiliários Contas a receber e outros recebíveis	através do resultado 29.464	Empréstimos e recebíveis	2016 Total 29.464 2.161 39.456	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Consolidad por categori 201 Tota 30.05 7.26 43.29 2.41
Caixa e equivalente caixa l'ítulos e valores mobiliários Contas a receber e outros recebíveis Depósitos judiciais	através do resultado 29.464 2.161	Empréstimos e recebíveis 39.456 2.370	2016 Total 29.464 2.161 39.456 2.370	Valor justo através do resultado 30.052 7.261	Empréstimos e recebíveis 43.295 2.412	Consolidad por categori
Ativo Caixa e equivalente caixa Títulos e valores mobiliários Contas a receber e outros recebíveis Depósitos judiciais Passivo Empréstimos e financiamentos Fornecedores	29.464 2.161 31.625 Valor justo através do	Empréstimos e recebíveis 39.456 2.370 41.826 Passivo financeiro mensurado ao custo	Total 29.464 2.161 39.456 2.370 73.451	Valor justo através do resultado 30.052 7.261 37.313	Empréstimos e recebíveis 43.295 2.412 45.707 Passivo financeiro mensurado ao custo	Consolidad

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferencas entre os valores justos e os contábeis.

Contas a receber - a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas a outros países em que atua. Em 31 de dezembro de 2016, monta R\$6.979, equivalente a 544 mil euros e 1.567 mil dólares norte-americanos (R\$7.638 em 31 de dezembro de 2015, equivalente a 571 mil euros e 1.335 mil dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos - conforme demonstrado na Nota Explicativa 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$30.235 em 31 de dezembro de 2016, equivalente a 9.277 mil dólares norte-americanos (R\$39.888 em 31 de dezembro de 2015, equivalente a 84 mil euros e 10.123 mil dólares-americanos). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos em moeda estrangeira expostos às variações das taxas Libor e Euribor.

(c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de "commodities", taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou dois riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real e euro-real; (2) a taxa do CDI.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real/euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,06% a.a., dólar a 3,2591 e euro 3,4384) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

					Controladora
Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	1.871	Alta Euro	2.059	2.339	2.807
Contas a receber mercado externo Empréstimos e financiamentos	5.108	Alta Dólar Alta Dólar	5.618 (33.258)	6.385	7.661
Emprescinios e inianciamentos	(30.235)	Alta Dolai	(33.250)	(37.793)	(45.352)
Subtotal	(23.256)		(25.581)	(29.069)	(34.884)
Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI					
Aplicações financeiras no mercado aberto	14.092	Alta CDI	15.501	17.615	21.138
Empréstimos e financiamentos	(22.613)	Alta CDI	(24.874)	(28.266)	(33.920)
Subtotal	(8.521)		(9.373)	(10.651)	(12.782)
Total	(31.777)		(34.954)	(39.720)	(47.666)
Efeito no resultado			(3.177)	(7.943)	(15.889)
Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Consolidado Cenário III (Deterioração de 50%)
		Risco		(Deterioração	Cenário III (Deterioração
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio	em R\$ mil		(Provável)	(Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio Contas a receber mercado externo	em R\$ mil	Alta Euro	(Provável) 2.059	(Deterioração de 25%) 2.339	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio	em R\$ mil		(Provável)	(Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%) 2.807 7.661
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio Contas a receber mercado externo Contas a receber mercado externo	em R\$ mil	Alta Euro Alta Dólar	(Provável) 2.059 5.618	(Deterioração de 25%) 2.339 6.385	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio Contas a receber mercado externo Contas a receber mercado externo Empréstimos e financiamentos Subtotal Instrumentos financeiros expostos a variação do	1.871 5.108 (30.235)	Alta Euro Alta Dólar	2.059 5.618 (33.258)	(Deterioração de 25%) 2.339 6.385 (37.793)	Cenário III (Deterioração de 50%) 2.807 7.661 (45.352)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio Contas a receber mercado externo Contas a receber mercado externo Empréstimos e financiamentos Subtotal Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI	1.871 5.108 (30.235) (23.256)	Alta Euro Alta Dólar Alta Dólar	(Provável) 2.059 5.618 (33.258) (25.581)	(Deterioração de 25%) 2.339 6.385 (37.793) (29.069)	Cenário III (Deterioração de 50%) 2.807 7.661 (45.352) (34.884)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio Contas a receber mercado externo Contas a receber mercado externo Empréstimos e financiamentos Subtotal Instrumentos financeiros expostos a variação do	1.871 5.108 (30.235)	Alta Euro Alta Dólar	2.059 5.618 (33.258)	(Deterioração de 25%) 2.339 6.385 (37.793)	Cenário III (Deterioração de 50%) 2.807 7.661 (45.352)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio Contas a receber mercado externo Contas a receber mercado externo Empréstimos e financiamentos Subtotal Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI Aplicações financeiras no mercado aberto	1.871 5.108 (30.235) (23.256)	Alta Euro Alta Dólar Alta Dólar	2.059 5.618 (33.258) (25.581)	(Deterioração de 25%) 2.339 6.385 (37.793) (29.069)	Cenário III (Deterioração de 50%) 2.807 7.661 (45.352) (34.884)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio Contas a receber mercado externo Contas a receber mercado externo Empréstimos e financiamentos Subtotal Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI Aplicações financeiras no mercado aberto Empréstimos e financiamentos	1.871 5.108 (30.235) (23.256) 14.365 (22.613)	Alta Euro Alta Dólar Alta Dólar	(Provável) 2.059 5.618 (33.258) (25.581) 15.802 (24.874)	(Deterioração de 25%) 2.339 6.385 (37.793) (29.069)	Cenário III (Deterioração de 50%) 2.807 7.661 (45.352) (34.884) 21.548 (33.920)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Esses ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

			Mensuração a valor just	o - Controladora
		Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	29.143	29.143		
Títulos e valores mobiliários	2.161	2.161		
	31.304	31.304		
	3-:3-1	30-1		
	-		Mensuração a valor just	o - Controladora
		Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Mensuração a valor just Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	o - Controladora Registros não observáveis
	2015	Preço cotado em mercado ativos para ativos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos	Registros não
Ativo	2015	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
Ativo Caixa e equivalentes de caixa	2015 25.017	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
		Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	-		Mensuração a valor jus	to - Consolidado
		Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	29.464	29.464		
Títulos e valores mobiliários	2.161	2.161		
	31.625	31.625		
			Mensuração a valor jus	to - Consolidado
		Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Mensuração a valor jus Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	to - Consolidado Registros não observáveis
	2015	mercado ativos para ativos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos	Registros não
Ativo	2015	mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
Ativo Caixa e equivalentes de caixa	2015 30.052	mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
		mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis

(d) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Lucro líquido (prejuízo) por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme o quadro abaixo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

			2016			2015
Em milhares de reais	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	1.819	15	1.834	(5.162)	(40)	(5.202)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	1.819	15	1.834	(5.162)	(40)	(5.202)
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído- R\$	12,61	13,87	12,62	(35,80)	(35,80)	(35,80)

29 Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados da Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		2
Contas a receber de clientes	6	7
Não circulante	6	9
Imobilizado	1	3_
	1	3_
Total do ativo		12
	2016	2015
Passivo		
Circulante Fornecedores e outras contas a pagar (a)	564	508
Tornecedores e outras contas a pagar (a)	564	508
Não circulante		
Outros passivos (a)	2.082	1.839
Patrimônio líquido	2.082	1.839
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	(2.649)	(2.345)
	(2.639)	(2.335)
Total do passivo	7	12

⁽a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das demonstrações contábeis, sendo apresentado o saldo de R\$ 1.125 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2016 (R\$985 em 31 de dezembro de 2015).

O resultado do exercício da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

Demonstração de resultado	2016	2015
Receita líquida		
Custo de produtos		
Lucro bruto Despesas comerciais, gerais e administrativas Resultado financeiro	(6) (297)	(7) (26 <u>5</u>)
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	(303)	(272)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

Fluxo de Caixa líquidos das operações descontinuadas	2016	2015
Provenientes das operações	(2)	
	(2)	

30 Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO/E realizada em 29 de abril de 2016, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de maio de 2016 a abril de 2017 em até R\$6.100 (em até R\$5.000 no período de maio de 2015 a abril de 2016).

				Controladora	e consolidado
					2015
Órgão	Nº de Membros	Honorários	Remuneração variável	Previdência Privada	Assistência Médica
Conselho de Administração	5	588			
Conselho Fiscal	5	285			
Diretoria	3_	1.657	27	103	104
	13_	2.530	27	103	104
				Controladora	e consolidado
					2016
Órgão	Nº de Membros	Honorários	Remuneração variável	Previdência Privada	Assistência Médica
Conselho de Administração	5	608			
Conselho Fiscal	5	322			
Diretoria	2	725		79	99
	12	1.655		79	99

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	Prêmio
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	209.457	472
Veículos	4.855	38
Responsabilidade civil diretoria D&O	25.700	40
Responsabilidade civil	18.000	14
Fiança Locatícia	785	16

* * *

Conselho de Administração:

José Inácio Peixoto Neto

Presidente

Herbert Steinberg

Vice-Presidente

Jorge Nagib Amary Junior

Conselheiro

Tiago Inácio Peixoto

Conselheiro

Vicente Moliterno Neto

Conselheiro

Diretoria:

José Inácio Peixoto Neto

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Marcos Aurélio de Sousa Rodrigues

Diretor Técnico-Industrial

Conselho fiscal:

Ênio de Melo Coradi

Conselheiro

Flávio Stamm

Conselheiro

Glaydson Ferreira Cardoso

Conselheiro

Igor Fonseca Santos Teixeira

Conselheiro

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Conselheiro

Responsável técnico:

Celso Romario de Oliveira

Contador

CRC-MG 065048